BNDES facilitará linhas de crédito para cidades

Projetos da região, como gerenciamento do lixo, devem ser beneficiados a partir de 2018

EGLE CISTERNA
DA REDAÇÃO

As prefeituras poderão ter acesso mais fácil e menos burocrático às linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para investimentos nos municípios a partir do próximo ano. A promessa é do presidente do órgão, o economista Paulo Rabello de Castro, que esteve ontem em Santos.

As mudanças fazem parte de um pedido do presidente Michel Temer, que esteve reunido com Castro, na última quarta-feira, para tratar do assunto. "Estamos iniciando os estudos para tornar as linhas atuais um pouco mais fáceis. É a mesma preocupação que temos em facilitar o acesso para micros, pequenas e médias empresas", afirma o presidente do banco, que pretende fazer o anúncio prático da medida em dois meses.

A intenção do Governo Federal é de que, em 2018, todas as prefeituras, desde que tenham condições de garantir o crédito, possam usar esse dinheiro para projetos, principalmente os que beneficiem regiões metropolitanas.

"Só tem uma restrição. Esse recurso não é para gasto de custeio ou para fazer fonte luminosa. Tem que ter um gasto objetivo de investimento em benefício da população local", explica o economista.

NIRLEY SEMA

Presidente do banco, Paulo Rebello de Castro, fez o anúncio em Santos

REGIÃO JÁ TEM PROJETOS

O diretor-executivo da Agência Metropolitana da Baixada Santista (Agem), Hélio Hamilton Vieira Junior, acredita que a facilidade prometida pode fazer com que alguns projetos da região recebam recursos para sair do papel. "Já vamos nos adiantar e, antes mesmo da nova proposta ficar pronta, apresentaremos algumas propostas que se enquadram neste viés metropolitano e que poderiam até ser projetos pilotos para outras regiões do País", afirma ele, que já demonstrou o interesse ao presidente do banco.

Uma das ideias que podem ser levadas pela Agem ao BNDES é a implementação de um sistema de georreferenciamento da região, uma ferramenta para ajudar na gestão municipal. Vieira Junior também considera que o gerenciamento de resíduos sólidos das nove cidades da região é outro projeto que pode ser candidato à obtenção da linha de crédito.

O anúncio da liberação das linha de crédito para os municípios foi feito durante palestra do presidente do BNDES no IV Encontro Paulista de Economistas, realizada na Fatec Rubens Lara, em Santos.

Além do estudo para análise de linhas de crédito, Castro falou brevemente sobre o cenário econômico e político do Brasil. "O principal desafio é estabelecer ponto para a mudança, num momento onde, todos os dias, pagamos o pedágio ao escândalo, à estupefação pela sequência do mar de lama muito maior que o de Mariana", diz ele, comparando os estragos das denúncias de corrupção ao desastre da barragem da cidade mineira, em 2015.

Ele acredita que o cenário político fez parte da população que poderia investir no País buscar refúgio nos Estados Unidos e na Europa. "Nós somos o nosso próprio adversário. Mas 2018 é uma janela importante de resposta política. Não tem mais fundo do poço. Já chegamos a ele e agora temos uma escada para subir", avalia.

Prefeituras reivindicam maior repasse

GUSTAVO T. DE MIRANDA

Há uma desproporcionalidade em relação à arrecadação de impostos entre municípios, estados e União e a atribuição de responsabilidades para os três entes da Federação. A crítica é feita por prefeitos da Baixada Santista, que alegam que os poderes executivos municipais não têm como suportar o fato de serem quem menos arrecada e, paradoxalmente, quem mais tem obrigações a cumprir.

Para piorar a situação, em períodos de crise econômica, como o atual, a arrecadação cai e, com ela, o total de recursos repassados para estados e municípios. O prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), argumenta que mais de 60% do que se arrecada com impostos ficam nos cofres da União, mais de 20% nos dos estados e perto de 10% nas cidades. "É preciso rever essa distribuição", defende.

A reivindicação está associada à necessidade da reforma tributária e da revisão do Pacto Federativo – no sistema tributário brasileiro, União, estados e municípios dividem recursos e responsabilidades de cada um. Os estados têm como fonte principal de dinheiro o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Os municípios contam com o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre Serviços (ISS). E a União, com o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Além da repartição das receitas, a Constituição Federal determina quem deve investir e em que área de atuação. Na área de Educação, por exemplo, a União tem que aplicar 18% da receita de impostos. Os estados e municípios, 25%. Já na Saúde, a União é responsável por metade de todos os custos do Sistema Único de Saúde (SUS). Os estados têm que aplicar 12% e os municípios 15% de tudo o que arrecadam, no mínimo.

TETO BAIXO

Segundo Barbosa, o município que investe o que determina a lei na Saúde não sobrevive. "Não tem cidade que invista apenas o que é pactuado. Todos investem mais para ter a manutenção do sistema".

Nos primeiros oito meses deste ano, as prefeituras já tinham atendido em suas unidades de Saúde a mesma quantidade de pessoas de todo o ano passado, segundo o prefeito de Campinas, Jonas Donizette, presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

DISTORÇÕES

Para o prefeito de Praia Grande, Alberto Mourão (PSDB), como está, o atual sistema tributário permite distorções gritantes. "Se você compra nas Casas Bahia de Praia Grande, vem o pedido da Central a nota é de lá. Para quem ficou o ICMS? Para aquela cidade, é errado".

Ele também critica a questão da elisão fiscal. "Acontece quando você contrata um escritório que faz uma programação para o cliente pagar menos tributo. Esse é um dos grandes problemas que o Brasil tem", diz.

FATIA TRIBUTÁRIA

"Precisamos construir um caminho de fortalecimento das cidades, com impostos que fiquem onde o cidadão vive". A frase é do prefeito de Campinas/SP, Jonas Donizette, presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Ele defende, por exemplo, que o Imposto Sobre Serviços (ISS) seja a base do financiamento municipal para serviços públicos essenciais.

Para Donizete, o ISS é o "imposto do futuro". Segundo a FNP, a arrecadação dos municípios com o imposto cresceu quase 50%, passando de R$ 35,36 bilhões, em 2008, para R$ 52,95 bilhões, em 2015. Outro ponto é a reforma tributária. Em Brasília, tem acontecido reuniões da Comissão Geral na Câmara para apresentar o posicionamento das cidades sobre o tema.

A proposta em discussão prevê a substituição de nove tributos pelo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), um imposto sobre valor agregado, redistribuído entre municípios, estados e União. O texto também prevê a criação do Imposto Seletivo, que incide apenas em alguns setores da economia; e a realocação de tributos/produto da arrecadação, como o IPVA.